



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48

Jeceaba, 22 de dezembro de 2025.

LEI Nº 1.470/2025

“Institui a Política Municipal de Atenção Especial às Crianças com Transtornos de Aprendizagem na Rede Municipal de Ensino de Jeceaba, e dá outras providências.”

A Câmara Municipal de Jeceaba por seus representantes aprova, e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica instituída, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Jeceaba, a Política de Atenção Especial às Crianças com Transtornos de Aprendizagem, compreendendo, entre outros, o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), o Transtorno do Espectro Autista (TEA), o Transtorno do Desenvolvimento Intelectual (TDI), a Dislexia (dificuldades na leitura), a Disgrafia (dificuldades na escrita) e a Discalculia (dificuldades em matemática).

Art. 2º - São objetivos da presente Política:

- I – garantir o direito à educação inclusiva, respeitando as necessidades específicas de aprendizagem;
- II – assegurar condições adequadas para o desenvolvimento escolar das crianças diagnosticadas com transtornos de aprendizagem;
- III – incentivar a formação continuada de professores e servidores da rede municipal sobre metodologias de ensino voltadas à inclusão;
- IV – viabilizar adaptações pedagógicas que possibilitem a efetiva participação do aluno no processo de ensino-aprendizagem.

1



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48

Art. 3º - Para cumprimento dos objetivos desta Lei, poderão ser adotadas, entre outras, as seguintes medidas:

I – concessão de tempo adicional para a realização de avaliações e atividades escolares;

II – disponibilização de ambiente mais tranquilo e com menor estímulo sonoro ou visual, quando necessário, para realização de atividades avaliativas;

III – implementação de estratégias pedagógicas diferenciadas e adaptadas às necessidades do aluno;

IV – estímulo ao trabalho conjunto entre professores, orientadores pedagógicos, psicólogos, fonoaudiólogos e demais profissionais da área de saúde e educação;

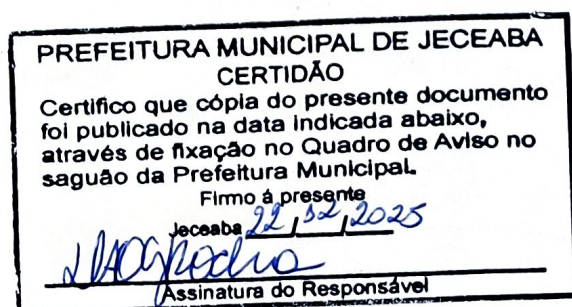
V – acompanhamento e monitoramento individualizado dos alunos, com elaboração de plano de atendimento educacional específico.

Art. 4º - O Poder Executivo poderá firmar parcerias com instituições de ensino superior, entidades especializadas e profissionais da área da saúde, visando ao apoio técnico e científico na implementação desta política pública.

Art. 5º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas se necessário.

Art. 6º - Cabe ao Poder Executivo definir os critérios para implementação da política pública através da regulamentação da presente Lei.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



FÁBIO VASCONCELOS
Prefeito Municipal